

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
SECAD - SEÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**TERMO DE CONTRATO TRT 17ª REGIÃO N.º \_\_\_\_/2026**

**CONTRATO N.º ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 17ª REGIÃO, E A EMPRESA**

A União, por intermédio do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, com sede na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 1245, Enseada do Suá, na cidade de Vitória/ES, CEP 29.050-335, inscrito no CNPJ sob o nº 02.488.507/0001-61, neste ato representado pela Desembargadora Presidente Alzenir Bollesi de Plá Loeffler, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., sediada na ....., doravante CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0000450-25.2025 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica n.º .... / ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato consiste na prestação, pela CONTRATADA, do serviço de manutenção preventiva mensal, manutenção corretiva e assistência técnica dos 4 (quatro) equipamentos de inspeção em bagagens por raios-x (scanners) do Edifício-Sede do TRT/ES, conforme especificações contidas no Termo de Referência anexo ao Edital.

1.2. O objeto desta contratação enquadra-se como "serviço comum de engenharia", conforme inciso XXI, alínea "a", do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação enquadra-se como "serviço contínuo", conforme inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, e não possui regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Dispensa Eletrônica;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A vigência do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da última assinatura, com a possibilidade de prorrogação por igual período nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A vigência do Contrato será prorrogada por acordo entre as partes, devendo o CONTRATADO formalizar concordância ou não com antecedência de 6 (seis) meses do fim da vigência, através de resposta à notificação da Fiscalização.

2.3. Com 6 (seis) meses do fim da vigência, a Fiscalização solicitará ao CONTRATADO concordância em prorrogar o Contrato.

2.4. Provocado pela Fiscalização, o CONTRATADO deverá responder em até 15 (quinze) dias da data do recebimento da notificação.

2.5. Em caso de concordância, a prorrogação será obrigação assumida pela CONTRATADA, ficando a formalização e efetivação a critério do CONTRATANTE, que deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias do final da vigência do Contrato.

2.6. Por ocasião de cada prorrogação, o CONTRATADO deverá garantir a prorrogação também da modalidade de garantia escolhida.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**



3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal do presente Contrato é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor anual de R\$ ..... (.....) e o valor total de R\$ ..... (.....), para o período de 24 (vinte e quatro) meses.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. Mensalmente, a Fiscalização avaliará os serviços prestados e emitirá o Atestado de Execução dos Serviços, autorizando a emissão da Nota Fiscal.

6.2. Nos casos em que não ocorrer o atendimento, ou ocorrer com atraso, será aplicada uma redução proporcional ao número de equipamentos afetados, nos seguintes percentuais:

6.2.1. 5% (cinco por cento) para atrasos de até 1 (um) dia para conseguir contato com um atendente humano para abertura de chamado, suporte e assistência técnica;

6.2.2. 5% (cinco por cento) para atrasos de até 1 (um) dia útil para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva;

6.2.3. 10% (dez por cento) para atrasos maiores que 1 (um) dia útil e até 2 (dois) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva;

6.2.4. 15% (quinze por cento) para atrasos maiores que 2 (dois) dias úteis e até 5 (cinco) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, desde que todas as pendências sejam sanadas já no primeiro atendimento;

6.2.5. 20% (vinte por cento) para atrasos maiores que 2 (dois) dias úteis e até 5 (cinco) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, caso o reestabelecimento total do funcionamento do equipamento se dê após o primeiro atendimento, porém em até 30 (trinta) dias da abertura do chamado;

6.2.6. 5% (cinco por cento) quando o primeiro atendimento for realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com até 5 (cinco) dias de atraso;

6.2.7. 10% (dez por cento) quando o primeiro atendimento for realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com mais de 5 (cinco) dias de atraso e até 15 (quinze) dias de atraso;

6.2.8. 20% (vinte por cento) quando o primeiro atendimento for realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com mais de 15 (quinze) dias de atraso e até 30 (trinta) dias de atraso;

6.2.9. 10% (dez por cento) quando o primeiro atendimento for realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com até 5 (cinco) dias de atraso;

6.2.10. 20% (vinte por cento) quando o primeiro atendimento for realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com mais de 5 (cinco) dias de atraso e até 15 (quinze) dias de atraso;

6.2.11. 30% (trinta por cento) quando o primeiro atendimento for realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorrer com mais de 15 (quinze) dias de atraso e até 30



(trinta) dias de atraso;

6.2.12. 15% (quinze por cento) quando a manutenção preventiva ocorrer com atraso de até 15 (quinze) dias acima da tolerância.

6.3. Caso uma situação se enquadre em mais de uma situação prevista para redução, será aplicada somente a maior redução.

6.4. Caso os atrasos superem os previstos nos subitens 6.2.4, 6.2.5, 6.2.8, 6.2.11 e 6.2.12, além das respectivas reduções da medição, serão aplicadas as devidas sanções administrativas.

6.5. Caso em determinado mês sejam realizadas todas as manutenções preventivas previstas, todos os chamados sejam atendidos e todas as solicitações de assistência técnica sejam atendidas, a CONTRATADA terá direito ao pagamento completo do valor mensal contratado. Caso em determinado mês não esteja prevista manutenção preventiva, e não forem feitos chamados ou solicitações de assistência técnica, será considerado que a CONTRATADA cumpriu suas obrigações na totalidade.

6.6. A Nota Fiscal/Fatura somente poderá ser emitida após autorização de faturamento encaminhada pela Fiscalização após a medição. Na autorização para faturamento será informado o valor exato a ser faturado e a documentação a ser entregue em conjunto.

6.7. A apresentação e inserção da nota fiscal no SIGEO-JT deverá ocorrer entre os dias 1º (primeiro) e 20º (vigésimo) do mês de sua emissão.

6.8. A CONTRATADA deverá informar, junto ou previamente ao faturamento, o seu domicílio bancário (nome e código do banco, código da agência e número da conta corrente).

6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da documentação de comprovação da regularidade fiscal. Embora a não apresentação da referida documentação junto à nota fiscal não impeça o pagamento, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas, sendo notificada para a devida regularização.

6.10. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), sistema no qual a CONTRATADA deverá efetuar cadastro, em conformidade com o Ato TRT 17ª PRESI/DIGER nº 3/2022.

6.11. A liquidação da despesa será efetuada pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal no SIGEO-JT.

6.11.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido pela metade.

6.12. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados da liquidação da despesa.

6.12.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido pela metade.

6.13. Será considerada data do pagamento o dia de emissão da ordem bancária pelo TRT.

6.14. A apresentação de faturas com incorreções implicará a sua devolução à CONTRATADA para devida regularização.

6.15. Excluem-se da contagem do prazo de pagamento todos os períodos utilizados pela CONTRATADA para correção, inclusive de documentos que se vinculem ao pagamento.

6.16. Por ocasião do pagamento haverá retenções a título de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor e regras contratuais, e ainda, serão deduzidas as multas, mesmo que a título cautelar (até a devida apuração), se houver.

6.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data-base do preço de referência, a saber, fevereiro de 2026.

7.2. Após o interregno de um ano, contado do mês de referência, e após pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Designar representante da Administração para acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto contratual;

8.1.2. Autorizar à CONTRATADA, por escrito, o início dos serviços;

8.1.3. Providenciar autorização para acesso ao local dos serviços, quando solicitado pela CONTRATADA;

8.1.4. Prestar as informações solicitadas pela CONTRATADA relativas a especificações de escopo e outras atividades e tomar decisões de sua competência necessárias ao perfeito andamento dos serviços;

8.1.5. Agendar reuniões com a CONTRATADA sempre que julgar necessário, com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, salvo quando acordado entre as partes;

8.1.6. Notificar tempestivamente e por escrito a CONTRATADA sobre a aplicação de eventuais penalidades e, também, de todas e quaisquer notificações e intimações que venha a receber com relação ao inadimplemento pela CONTRATADA de suas obrigações contratuais;

8.1.7. Efetuar a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim o exigir;

8.1.8. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021;

8.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,



meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.12. Para o item anterior, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato ou omissão da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e as abaixo descritas.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para contemplar os serviços necessários para a execução do objeto, gerenciando as atividades inerentes à integral execução e responsabilizando-se pela coordenação de todas as atividades, buscando o perfeito sincronismo e interações na realização dos serviços, incluindo cumprimento dos prazos, de normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez.

9.4. Informar e manter endereço de correio eletrônico (e-mail) para recebimento de todas as intimações e notificações relativas ao contrato, atualizando-o imediatamente junto ao CONTRATANTE em caso de mudança desse endereço ao longo da vigência do contrato.

9.4.1. Presume-se como efetivamente realizada a comunicação via correio eletrônico, no dia útil seguinte ao do envio da referida comunicação via e-mail.

9.5. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato. Sabendo da impossibilidade de continuar habilitada ou qualificada, a CONTRATADA deverá informar imediatamente ao CONTRATANTE.

9.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto, e informar sobre eventuais substituições.

9.7. Adotar a boa técnica na execução dos serviços.

9.8. Salvar o CONTRATANTE de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados, prepostos ou terceiros, em decorrência da execução do contrato.

9.9. Informar a eventual substituição do Responsável Técnico, apresentando a documentação comprobatória da qualificação do substituto, para análise e aprovação pelo TRT/ES.

9.10. Fornecer e assegurar a utilização dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à garantia da integridade física dos trabalhadores, específicos para as atividades desenvolvidas.

9.11. Enviar o "Relatório de Análise de Acidente de Trabalho" ao CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após ocorrência de acidentes com vítimas, fatais ou não, ou sem vítimas, mas com danos materiais significativos em instalações ou bens da CONTRATADA.

9.12. Afastar dos serviços qualquer empregado seu que, comprovadamente e por recomendação da Fiscalização designada pelo TRT, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil, causando embaraço à boa execução do objeto contratual.

9.13. Capacitar os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução nº 98, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

9.14. Garantir o bom estado das medidas de segurança radiológica dos equipamentos, a fim de que não haja danos aos operadores e usuários.



9.15. Adotar medidas necessárias à proteção ambiental e ao atendimento às normas públicas, preservando-se a vizinhança, o meio ambiente e o ambiente de trabalho, especialmente para os serviços geradores de resíduos sólidos e poluição sonora.

9.16. Utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

9.17. Cumprir as Normas Regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; empregar egressos do sistema carcerário como preconizam as Resoluções nº 70 do CSJT e nº 114 do CNJ; aderir ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Programa Trabalho Seguro; e aderir ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho".

9.18. Fornecer os materiais de consumo de pequena monta (por exemplo: lubrificantes, graxas, limpa contatos, fita isolante, entre outros), entendidos como aqueles que somem até R\$ 200,00, assim como as ferramentas necessárias para execução dos serviços, que serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

9.19. Apresentar, em até 15 (quinze) dias da assinatura do Termo de Contrato, a documentação prevista no item 6.2 do Termo de Referência, a saber: indicação do preposto do contrato com meios de contato (telefone e e-mail); indicação de responsável técnico acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); lista de técnicos que poderão fazer atendimento no local; e contatos telefônicos para abertura de chamados, suporte e assistência técnica.

9.20. Realizar, em até 15 (quinze) dias após a data de início dos serviços, a primeira inspeção e a manutenção preventiva inicial, entregando, em até 30 (trinta) dias após o início dos serviços, o Relatório Inicial assinado pelo Responsável Técnico e o Plano de Manutenção Preventiva, nos termos do Termo de Referência.

9.21. Prestar serviço telefônico para abertura de chamados, suporte e assistência técnica, funcionando, pelo menos, no período de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 17:00, com registro de número de protocolo e, caso o atendimento seja iniciado por sistema de resposta automatizado, deverá ser disponibilizada a opção de falar com atendente humano, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.22. Realizar as manutenções corretivas e preventivas nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência anexo ao Edital.

9.23. Entregar, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização das manutenções, relatório descrevendo todos os procedimentos realizados e o estado final dos equipamentos.

9.24. A CONTRATADA deverá realizar cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e enviar, via sistema, a nota fiscal para a conferência e a realização do ateste por parte da fiscalização do TRT-17, em conformidade com o ATO TRT 17.<sup>a</sup> PRESI/DIGER N.º 3/2022.

9.25. A CONTRATADA cientificará seus empregados e colaboradores quanto à necessidade de observância ao Código de Ética do TRT-17, instituído pelo Ato TRT 17.<sup>a</sup> SGP/PRESI n.º 34/2014, alterado pelo Ato TRT 17.<sup>a</sup> PRESI/SGP n.º 4/2023, disponível em <https://www.trt17.jus.br/web/legislacao/w/atos-da-presidencia>.

## **10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-



los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

## **11. CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Conforme Termo de Referência anexo ao Edital.

## **12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Multa

12.2.1. Os valores de multas serão compostos pelos percentuais das multas aplicáveis, juntamente com valores fixados, conforme abaixo:

a) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso na resposta da convocação de assinatura de contrato; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas;

b) de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso na apresentação da documentação prevista no item 6.2 do Termo de Referência; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas;

c) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso para realização da primeira inspeção e manutenção preventiva inicial; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas;

d) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso para entrega do Relatório Inicial e Plano de Manutenção Preventiva; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas;

e) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, limitado a 30 dias, após o 5º dia para o primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, por equipamento afetado;

f) de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso, limitado a 60 dias, após o 30º dia para o reestabelecimento total do equipamento após chamados de manutenção corretiva, por equipamento afetado;

g) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso, limitado a 30 dias, após o 15º dia de atraso acima da tolerância para manutenções preventivas;

h) de 10% sobre o valor da proposta arrematante pela não manutenção da proposta em suas várias formas, como por exemplo a não apresentação de documentos necessários para assinatura de



contrato;

i) de R\$ 100,00 (cem reais) mais 0,5% do valor mensal por dia contratado por descumprimento, sem justificativa aceita pela Administração do TRT, de determinações da Fiscalização notificadas e reincidentes;

j) atrasos superiores aos limites estabelecidos nas letras "e", "f" e "g" serão considerados inexecução contratual, com multa de 20,00% (vinte por cento) do valor inicial do contrato, em substituição às multas previstas nas letras "e", "f" e "g".

12.2.2. Em caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses, os valores das sanções previstas no item acima serão dobrados.

12.2.3. Conforme § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as sanções na forma de multa não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento). Caso o valor calculado da multa seja inferior ao mínimo legal, ou superior ao máximo legal, será considerado o limite legal.

### 12.3. Impedimento

12.3.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (1 ano);

b) dar causa à inexecução total do contrato (3 anos);

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame (2 anos);

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (2 anos);

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (2 anos);

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (1 ano).

### 12.4. Da Declaração de Inidoneidade

12.4.1. A declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TRT 17ª Região, poderá ser aplicada quando constatada:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (3 anos);

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (6 anos);

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (3 anos);

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (4 anos);

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (6 anos).

### 12.5. Advertência

12.5.1. Será aplicada sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a CONTRATADA tenha concorrido, notadamente quando ocorrer:

a) o descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos claros à segurança, ao funcionamento regular de suas atividades, nem financeiros para a CONTRATANTE;

b) a execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.



12.6. A CONTRATADA autoriza o TRT 17ª Região a descontar dos valores a ela devidos o montante das multas que lhe forem aplicadas.

12.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada, pelo TRT 17ª Região, das sanções a ela aplicáveis, inclusive para defesa prévia.

12.8. Em caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses, os valores das multas estipuladas serão elevados para o dobro.

12.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

12.10. No caso de insuficiência ou inexistência de crédito em favor da CONTRATADA, o recolhimento da multa aplicada deverá ser por ela efetivado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, mediante GRU, a ser emitida pelo TRT 17ª Região.

12.11. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem que a CONTRATADA tenha depositado o valor da multa ou apresentado recurso no prazo legal, ou em caso de ser negado provimento ao recurso apresentado, o valor decorrente da aplicação da sanção e os prejuízos por ela causados serão deduzidos dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRT 17ª Região, ou cobrado judicialmente.

12.12. A aplicação das penalidades não exime a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que lhes deram causa.

### **13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o



terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

## **14. CLÁUSULA CATORZE – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## **15. CLÁUSULA QUINZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação, no presente exercício, correrão à conta dos recursos do Programa xxxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Elemento de Despesa xxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme adequação de despesa (doc. xxxxxxxxxxxx).
- 15.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, respeitada a mesma classificação orçamentária.

## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DEZOITO – CONSULTA AO CADIN**

- 18.1. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 18.2. A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.
- 18.3. Nos casos em que o termo de contrato ou o termo aditivo for substituído por instrumento equivalente, a consulta a que se refere o item 18.1 será realizada imediatamente antes da autorização para emissão do instrumento.
- 18.4. O licitante ou contratado poderá regularizar sua situação perante o CADIN dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato ou do termo aditivo. Caso persista a restrição, a formalização não será realizada.
- 18.5. Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 18.6. O não cumprimento dos requisitos para a assinatura do contrato ou do aditivo ou para emissão do documento congênere no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da empresa em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:



- a) Perda do direito à assinatura do contrato ou do termo aditivo ou à emissão do instrumento equivalente;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

18.7. Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI nº 49/2024 e da Lei nº 9.784/1999.

18.8. Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

## 19. CLÁUSULA DEZENOVE – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Espírito Santo, Seção Judiciária de Vitória, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

*(assinado eletronicamente)*

Representante legal do TRT 17.<sup>a</sup> Região (Contratante)

*(assinado eletronicamente)*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX (Contratada)



Documento assinado eletronicamente por **Ryan Marcio Pessin Ferri**, **Analista Judiciário**, em 24/04/2026, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1307461** e o código CRC **993CC4AB**.

0000450-25.2025.5.17.0500

1307461v7